

Ofenísia Soares Freire: o exercício do magistério no Atheneu Sergipense

*Renilfran Cardoso Souza**

*Joaquim Tavares da Conceição***

Resumo

Este artigo é uma abordagem histórica a respeito do ingresso e atuação da professora Ofenísia Soares Freire no colégio Atheneu Sergipense no período de 1941 a 1948. Foram utilizadas tipologias diversas de fontes coletadas no CEMAS – Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Ofenísia Soares Freire nasceu em Estância-SE em dezembro de 1913. Mudou-se para Aracaju para estudar no Colégio Nossa Senhora Santana, e, após concluir seus estudos no curso primário, ingressou na Escola Normal Rui Barbosa, concluindo a formação para o magistério em 1930. Utilizando de seu capital social, a professora ingressou no ensino secundário em 1941 como professora de Português do Atheneu Sergipense, período que identificamos que todos os professores catedráticos eram do sexo masculino. Além de realizar as atividades em sala de aula, a professora participava de bancas examinadoras para admissão de alunos do Atheneu Sergipense.

Palavras-chave: Ofenísia Soares Freire. Profissão Docente. Atheneu Sergipense.

1 Mestre em Educação (UFS). Professor de História (SEED). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED). E-mail: renilfran@yahoo.com.br

2 Doutor em História Social (UFBA). Professor da Universidade Federal de Sergipe (Colégio de Aplicação, PPGED, Proffhistória). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/UFS/CNPq). E-mail: joaquimco-dapufs@gmail.com

Ofenísia Soares Freire: the exercise of teaching in Atheneu Sergipense

Ofenísia Soares Freire: el ejercicio del magisterio en el Atheneu Sergipense

Abstract

This article is a historical approach regarding the entrance and performance of Professor Ofenísia Soares Freire in the college Atheneu Sergipense from 1941 to 1948. Various typologies of sources were used in the CEMAS - Center of Education and Memory of Atheneu Sergipense. Ofenísia Soares Freire was born in Estância-SE in December 1913. He moved to Aracaju to study at the Nossa Senhora Santana College, and, after completing his studies in primary school, he entered the Rui Barbosa Normal School, concluding his training for teaching in 1930. Using her social capital, the teacher entered the secondary education in 1941 as Portuguese teacher of the Atheneu Sergipense, period that we identified that all professors were male. In addition to performing classroom activities, the teacher participated in examining boards for the admission of Atheneu Sergipense students.

Keywords: Ofenísia Soares Freire. Teaching profession. Atheneu Sergipense.

Resumen

Este artículo es un abordaje histórico acerca del ingreso y actuación de la profesora Ofenísia Soares Freire en el colegio Atheneu Sergipense en el período de 1941 a 1948. Fueron utilizadas tipologías diversas de fuentes recolectadas en el CEMAS - Centro de Educación y Memoria del Atheneu Sergipense. Ofenísia Soares Freire nació en Estancia en diciembre de 1913. Se mudó a Aracaju para estudiar en el Colegio Nuestra Señora Santana, y, tras concluir sus estudios en el curso primario, ingresó a la Escuela Normal Rui Barbosa, concluyendo la formación para el magisterio en 1930. Utilizando su capital social, la profesora ingresó en la enseñanza secundaria en 1941 como profesora de Portugués del Atheneu Sergipense, período que identificamos que todos los profesores catedráticos eran del sexo masculino. Además de realizar las actividades en el aula, la profesora participaba en bancas examinadoras para admisión de alumnos del Atheneu Sergipense.

Palabras clave: Ofenísia Soares Freire. Profesión Docente. Atheneu Sergipense.

Introdução

Este artigo analisa o ingresso da professora Ofenísia Soares Freire no colégio Atheneu Sergipense em 1941, como professora de Português no ensino secundário. Foram utilizadas fontes documentais como: correspondências, atas, decretos, livros de registros, livro de ponto. Buscamos compreender a noção de documento/monumento de Jacques Le Goff (1990), reconhecendo a relevância que essa movimentação documental trouxe aos estudos da História Cultural, observando os critérios que o historiador utiliza quando se propõe a analisar um documento, pois a fonte utilizada foi produzida em determinada época, dentro de um contexto social e de suas relações de poder.

Segundo António Nóvoa (1991), ao longo do século XIX houve a consolidação da profissionalização do professor, no tocante ao espaço do magistério docente. Em Portugal, os professores foram submetidos ao controle do Estado, havendo mais rigor no recrutamento do professorado. Sendo assim, ocorreu a solidificação das instituições de formação de professores e da autonomia da profissão.

A 1ª República criou as condições políticas para uma agudização do conflito acerca do estatuto da profissão docente. A ambição republicana de “formar um homem novo concedeu aos professores um papel simbólico de grande relevo: só no contexto de um maior prestígio, qualificação e autonomia era possível desempenharem-se desta missão (NÓVOA, 1991, s/p).

Para Nóvoa (1991), com uma República preocupada com a formação do homem, proporcionou-se aos professores um prestígio maior na sociedade. O controle do Estado permitiu fiscalizar o corpo docente, implantando projetos de escolarização para as massas, permitindo ao professor ser um produtor “de saber e de saber fazer”.

Segundo Saviani (2005), depois da Independência do Brasil houve a preocupação de preparar professores seguindo as mudanças educacionais que estavam ocorrendo pelo mundo. Sendo assim, foi instalada no Rio de

Janeiro a primeira Escola Normal do Brasil. Mas somente com a República brasileira, em 1889, houve modificações no campo educativo. O estado de São Paulo promoveu uma ampla reforma na instrução pública, sobretudo mudanças na Escola Normal, aperfeiçoando os conteúdos e dando ênfase a novas práticas de ensino (SAVIANI, 2005).

Várias transformações culturais começaram a acontecer no Estado de Sergipe no final do século XIX, sobretudo no cenário educacional, com a abertura oficial do Atheneu Sergipense, em 03 de fevereiro de 1871. Ao longo de anos houve diversas modificações feitas com base na duração dos cursos de humanidades, assim como as alterações dos nomes atribuídos à instituição de ensino (NUNES, 2008). No início do século XX, em sua primeira década, o Atheneu Sergipense ofertava quatro cursos: Ginásial, Integral, Normal e Comercial. Conforme Alves (2005),

[...] em 1916 quatro eram os cursos oferecidos: Ginásial com 5º anos e destinado aos candidatos aos cursos das escolas de ensino Superior da República; Integral, com 6 anos, para aqueles que, não podendo ou não querendo seguir as profissões proporcionadas pelos cursos superiores, se destinassem a outros de sua escolha; Normal, com quatro anos, destinando-se exclusivamente aos candidatos ao professorado do ensino primário do sexo masculino, e o curso Comercial, feito em três anos e destinado aos interessados nos diferentes ramos de negócios (2005, p. 60-61).

As mudanças refletiram também na forma de ingresso do estudante no curso superior (ALVES, 2005), visto que no decreto nº. 940, de 2 de julho de 1926, foi determinado que seria indispensável o exame “vestibular” nos estabelecimentos de ensino superior. Ou seja, cada instituição superior buscava fazer a avaliação dos candidatos para o ingresso destes na Universidade ou na Faculdade.

No início da década de 1920, houve um processo de organização do campo educacional, incorporando mudanças nas atividades dos educadores e dos professores, objetivando uma formação específica, com base no conhecimento dos pensadores da educação. As reformas

de 1932 no Distrito Federal, desenvolvidas por Anísio Teixeira, e em São Paulo, por Fernando Azevedo, tiveram como finalidade a formação de professores com bases científicas.

As Escolas Normais construíram um espaço de referência social e foram responsáveis pelo número de mulheres que se matriculavam e saíam aptas para exercer o magistério. Essa profissão possibilitou a liberdade feminina e a conquista de novos espaços sociais. Assim, as professoras e normalistas foram se tornando claramente modelos na educação e as profissionais do ensino (FREITAS, 2003).

O ingresso no Atheneu Sergipense

A professora Ofenísia Soares Freire, ao chegar à cidade de Aracaju, em 1941, recebeu o apoio do seu cunhado, Manoel Franco Freire, que na ocasião já era catedrático do Atheneu Sergipense, este apresentou a professora ao diretor Joaquim Vieira Sobral, que logo em seguida assinou seu primeiro contrato, em 25 de março de 1941.

Em entrevista ao *Jornal da Cidade* (1998), a professora lembra que ao chegar a Aracaju, procurando emprego, ouviu do professor Manuel Franco Freire, que sua capacidade não era de ensinar em Grupo Escolar, mas sim ensinar no melhor colégio de Sergipe. Manuel Franco Freire, ao conversar com o diretor do Atheneu Sergipense, destacou as experiências da professora na cidade de Estância, e o diretor, que iria aproveitar Ofenísia Soares Freire no setor administrativo, contratou-a como auxiliar na cadeira de Português (*JORNAL DA CIDADE*, 07 de dezembro de 1998, s/p).

Aos vinte e quatro dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e um, compareceu no gabinete do diretor do Atheneu Sergipense aonde se aclamava este titular, dona Ofenísia Soares Freire e declarou que [...] o contrato de locação de serviços para reger três turmas de Português ou as que lhe forem designadas pelo seu eletivo diretor, a partir de hoje e pelo prazo de um ano de acordo com os artigos números cento e três e cento e seis do regulamento vigente com a autorização do Exmo: Interventor

Federal substituto se verifica do ofício número cento e noventa da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior [...] a remuneração mensal de quinhentos mil réis 500\$000 (*Livro de Registros – 1941-1942*).

O primeiro contrato da professora no Atheneu Sergipense teve prazo de 1 ano, assumindo três turmas de Português, através do regulamento vigente e do Interventor Federal no ano de 1941. A formação da professora foi como normalista na Escola Normal Rui Barbosa; não realizou estudos de nível superior, mas buscou inúmeros cursos de aperfeiçoamento e estudos da Língua Portuguesa. O prolongamento dos estudos rendeu um certificado registrado pelo MEC, que a habilitou lecionar o português em qualquer parte do território nacional. Outro curso importante foi o de aperfeiçoamento de professores de língua portuguesa ofertado pela CADES e reconhecido pela instituição de ensino Fundação Getúlio Vargas, que ela viera a fazer na década de 1950.

Em discurso a professora destacou que foi na Escola Normal que ela pôde conhecer teóricos americanos e europeus que foram fundamentais para a compreensão do universo escolar e da importância de uma “escola ativa”. Nesse sentido, ela evidenciou sua admiração pela pesquisadora italiana Maria Montessori,¹ e aos princípios da Escola Nova. A professora mostrou que sua primeira experiência como docente deu-se numa escola primária, tendo de enfrentar muitas dificuldades com a falta de “aparelhagem” técnica para integrar seus alunos na sala de aula (*SERGIPE*, 1957, s/p).

A partir dos anos 1930, houve uma modernização do ensino primário através da Escola Nova. São Paulo passou a utilizar novos métodos para a instrução pública, mas foi na direção de Fernando de Azevedo que eles foram consolidados, estando em evidência até os anos 1960. Pensando numa escola ativa, esse novo programa visava a um ensino mais racional, desenvolvendo o método em cada matéria ofertada, utilizando atividades diversas, como realização de excursões, instalação de salas ambientes, prática de atividades agrícolas e outras ações que tiravam a rotina do cotidiano escolar. Essas ativida-

des inovadoras possibilitavam uma ação educativa da escola e maior contato com o meio social, chegando a várias escolas do Brasil (SOUZA, 2008).

A demanda pela ampliação do acesso à escolarização na sociedade brasileira, advinda dos mais diferentes estratos sociais, levou o Estado e os diversos grupos políticos que disputavam o poder na sociedade brasileira a cooptarem quadros importantes da intelectualidade para gerirem projetos, instituições e reformas nas políticas públicas para a educação. A luta pela ocupação desses espaços institucionais em Estados e cidades importantes da federação, no âmbito das acirradas disputas que marcaram os anos vinte, levou à cristalização de tendências e projetos educativos antagônicos (VIEIRA, 2001, p. 59).

A contribuição de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo foi fundamental para a consolidação escolanovista, sobretudo pelos projetos e eventos nacionais, a exemplo da Associação Brasileira de Educação – ABE, criada em 1924. A Igreja Católica, nesse período, ocupava um lugar significativo, sobretudo pela sua posição e consolidação do ensino no país. Os intelectuais da Escola Nova condenavam os ideais católicos, pois “[...] associavam à presença da igreja católica na cultura nacional o atraso, o tradicionalismo, a visão metafísica [...]” (VIEIRA, 2001, p. 58). Ou seja, os intelectuais da Escola Nova buscaram a defesa de uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória, que não houvesse imposição pedagógica (NASCIMENTO, 2013).

As inovações foram experimentadas em várias escolas e por inúmeros professores, mas acabaram se constituindo em mais um repertório de atividades enriquecedoras das aulas e do currículo escolar, utilizadas pelos professores em determinadas ocasiões, do que propriamente o eixo norteador da ação educativa. Entre o novo e o velho, o moderno e o tradicional, professores, diretores, inspetores e delegados de ensino apostaram no ‘meio termo’ [...] (SOUZA, 2008, p. 81).

Segundo Souza (2008), essas inovações, embora tivessem sido utilizadas por várias escolas no Brasil, não passaram de mais um repertório de atividades, ou usadas esporadicamente pelos professores; ou seja, não foram o eixo norteador de uma ação educativa. Ainda segundo

a autora, entre o moderno e o tradicional, os professores, diretores, inspetores e delegados de ensino ficaram com o “meio termo”, sem comprometer o que já vinha sendo feito na aprendizagem dos alunos.

Segundo Neide Sobral (2010), depois do Regulamento da Instrução Pública de 1931 houve um marco nos processos de ensino em Sergipe, e o médico Helvécio de Andrade, diretor da Instrução Pública, contribuiu para que as inovações educacionais fossem visíveis no Estado. No regulamento de 1931, o método intuitivo buscou os conceitos de Decroly e as visões globalizadas, ou seja, a percepção da aprendizagem com base no pensamento infantil, em que o conhecimento na ação, na atividade e na prática estava conjugado. Dentro dessa perspectiva, destaca-se o método de Montessori, Decroly, entre outros do mesmo segmento (SOBRAL, 2010). Segundo Neide Sobral (2010), houve um grande esforço de instituir as concepções escolanovistas em Sergipe, especialmente através dos métodos e dos processos pedagógicos.

Como diretor de Instrução Pública, Manoel Franco Freire esteve em diversos locais como São Paulo e Distrito Federal, conhecendo jardins de infância, escolas normais e escolas profissionais. Nessas viagens, teve acesso a uma bibliografia que contemplava pedagogos lidos na época: Ferrière, Decroly, Dewey e Claparède e Lourenço Filho. Essa experiência o possibilitou estudar os métodos e aplicá-los no ensino de Sergipe, como a reforma da Escola Normal, equiparando-a com laboratórios de Física, Química e História Natural, importados da Alemanha (NASCIMENTO, 2013).

Na sua segunda gestão à frente da Instrução Pública, Manoel Franco Freire, em 1935, trabalhou na ampliação de escolas primárias, regulamentou atividades pedagógicas, estimulou a publicação de jornais escolares, divulgou na imprensa oficial orientações de práticas educativas, estimulou o uso do método Decroly, reformulou currículos e regulamentou a inspeção escolar. As mudanças foram sentidas na Escola Normal, sobretudo com a boa preparação de técnicos e professores capacitados para melhor desempenhar a função (NASCIMENTO, 2013).

A relação de Ofenísia Soares Freire com o professor Manoel Franco Freire, evidencia o que Bourdieu (2007) chama de investimento social. Ou seja, para esse autor, existe um critério para a entrada no grupo, e esse capital social é tributário porque visa legitimar o indivíduo e excluir os que não são legítimos. É importante lembrar que a professora é natural da cidade de Estância/SE e que há pouco tempo ela havia chegado à capital sergipana, quando foi contratada do Atheneu Sergipense.

No dia 30 de março de 1941, com apenas seis dias após ter assinado seu primeiro contrato como professora auxiliar do Atheneu Sergipense, a professora foi convidada para as comemorações radiofônicas organizada pelo Departamento de propaganda, em homenagem ao sexto ano do aniversário de administração do Interventor de Sergipe, Eronildes de Carvalho. Ao microfone da Rádio Aperipê de Sergipe (P.R.Y.6), a professora falou sobre o ensino público em Sergipe dentro das normas do Estado Novo e já se mostrava amistosa e confiante no progresso do ensino público em nosso Estado.

A relação entre a professora Ofenísia Soares Freire e seu cunhado Manoel Franco Freire é compreendida a partir do conceito de Bourdieu, que destaca o capital social como um conjunto de recursos que se potencializam pelas ligações de uma rede forte e durável, com relações de “interconhecimento” e de “inter-reconhecimento”. Ou seja, embora a professora Ofenísia Soares Freire tivesse esse conhecimento, o reconhecimento entre os seus favoreceu sua entrada na instituição ou no grupo.

A existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um “dado social”, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição (representado, no caso do grupo familiar, pela definição genealógica das relações de parentesco que é característico de uma formação social) mas o produto do trabalho da instauração e de manutenção que é necessário para produzir relações duráveis e úteis, aptos para proporcionar lucros materiais ou simbólicos. (BOURDIEU, 2004, p. 68)

Segundo Bourdieu, esse ato social não é sustentado apenas porque tenha alguma relação familiar ou parentes-

co, mas é necessária a manutenção da produção desses agentes para que haja um retorno material ou simbólico. Ou seja, essa acumulação de trabalho e a manutenção do capital social, destacadas pelo autor, estão representadas no capital herdado, uma vez que esses agentes têm condições de transformar as relações em elos duráveis. “Os grandes devem, nesse caso, empenhar-se em defender a honra coletiva na honra dos membros mais desprovidos do seu grupo” (BOURDIEU, 2007, p. 69). Cada agente deve zelar pela homogeneidade do grupo, aumentando as relações sociais e, conseqüentemente, a posse do capital econômico e cultural que é fundamental para cada indivíduo.

Quanto ao discurso proferido ao microfone da Rádio Aperipê, a professora começa-o citando Pestalozzi:² “O homem não deve apenas saber o que é a verdade, mas também querer e poder o que é reto” (SERGIPE, 1941, p. 5). Com um discurso esperançoso na educação, destacou a importância do professor para a instrução do aluno, pontuando que a rigidez fazia parte do processo educativo.

Essa declaração do sábio que transformou a ciência pedagógica desvendando um campo de perspectivas novas, provando que ensinar não é simplesmente instruir; mas, essencialmente, educar, mostra na rigidez do seu conceito o papel preponderante da razão e da vontade da vida do homem em todos os seus aspectos. Aos homens de vontade e de ideal cabe o direito de conduzir e construir (SERGIPE, 1 de abril de 1941, p. 6).

A professora também mencionou o trabalho de Eronildes de Carvalho para a educação sergipana, destacando que o interventor tinha interesse pela juventude, instalando escolas higienicamente corretas, construindo grupos escolares e cuidando da saúde das crianças. A professora ainda destacou que Eronildes de Carvalho trouxe melhoramentos e inovações à educação pública, ajustando o ensino de Sergipe, ampliando escolas, oficinas e salas de concerto, introduzindo o canto orfeônico, os trabalhos manuais e uma educação física organizada; disponibilizou curso de aperfeiçoamento para professores primários, estágios e especialização no centro sul do Brasil (SERGIPE, 1941).

Possivelmente, a realidade observada pela professora teve como base o próprio Atheneu Sergipense, instituição em que acabava de entrar como professora auxiliar de Língua Portuguesa. Essa escola já era referência e tinha como modelo o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. A professora, que iniciou como contratada, renovava seu contrato com a instituição a cada ano, como consta na documentação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). A professora só conquistou a estabilidade em 1948, sendo equiparada aos funcionários com efeito de estabilidade pelo então governador do Estado. Segue o quadro com as renovações de contratos e sua nomeação.

Quadro 01: Contratos e nomeações da professora Ofenísia Soares Freire no Atheneu Sergipense

1941- 1949

ANO	CONTRATO/NOMEAÇÕES
1941	Contratada pelo prazo de um ano a partir de 25 de março para reger três turmas de Português com a remuneração mensal de Cr500\$000 pela verba 408 – 8.330
1942	Contratada pelo prazo de um ano a partir do dia 1º de abril de 1942, para lecionar a cadeira de português, como auxiliar, com remuneração mensal constante do artigo único 10, decreto, único do decreto – lei, número sessenta e um de 10 de março de 1942; nos períodos de férias recebera a quantia de Cr800\$000. Em aditivo feito contrato em novembro, passou a perceber nos períodos de férias as quantias de 900\$000.
1943	Em data de 30 de abril de 1943, foi contratada pelo D.S.P. para a partir de 1 do referido mês lecionar vinte e quatro aulas semanais de português, neste colégio nas turmas A, B e I da 1 série do curso ginásial, nas turmas 3 da 3 série também do citado curso pelo prazo de um ano de acordo com a proposta constante de ofício n. 55 a 24 de março deste ano, do diretor do Colégio Estadual de Sergipe, percebendo por aula a gratificação de Cr\$15,00 por aula no período de férias, a remuneração de Cr\$900, tudo de acordo com o referido contrato.
1944	Em data de 20 de abril de 1944 foi contratada pela D.S.P. para a partir do referido mês e pelo espaço de um ano lecionar as turmas A e B da 1 série; C e D da 2 série e turma 3 da 3 série, todas do curso ginásial, percebendo a gratificação de Cr\$15,00 por aula dada no período letivo e Cr\$1000,00 no período de férias. Todas as turmas referem-se a português.
1946	Em 2º de março foi renovado o seu contrato para lecionar português neste colégio, com 15 aulas semanais, no curso ginásial, a Cr\$15,00 por aula e sete aulas semanais no curso de colégio, a Cr\$20,00, por aula, percebendo no período de férias Cr\$1500,000 a partir de 15 de março.
1947	Em 27 de março foi renovado seu contrato para lecionar português neste colégio, num total de seis aulas semanais no curso de colégio a Cr\$20,00 por aula e 18 aulas no curso ginásial, a Cr\$15,00 por aula, percebendo no período de férias Cr\$1755,00 e a partir de 15 de março.

1948	Foi renovado seu contrato por um ano a partir de 15 de março, para lecionar português no curso ginásial, num total de 16 aulas semanais, a Cr\$15,00 por aula, percebendo no período de férias Cr\$1.080,00
1948	Ficou equiparada aos funcionários para efeito de estabilidade, aposentadoria, licença, disponibilidade e férias nos termos do artigo 25 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, promulgada a 18 de setembro de 1946 de acordo com o despacho do Sr. Governador do Estado no processo n. 2523/48 deste serviço de pessoal, apostilado em 15 de outubro de 1948.
1949	Por decreto de 10 de novembro, do governador do Estado foi nomeada Professor de Curso Secundário, padrão 1º da cadeira de português, Tabela II, parte permanente do Quadro Único do Estado, de acordo com o artigo 15, item III, da lei n. 119, de 29 de dezembro de 1948, combinado com o artigo 1 e seu parágrafo único da lei n. 129 de 20 de maio de 1949.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do livro de registro - Contratos e portarias do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)

A professora Ofenísia Freire entrou no colégio Atheneu Sergipense como professora auxiliar de Português, por aproximadamente dois anos, antes de assumir suas turmas como titular da disciplina de português nas séries para que fora designada. Consta nessa documentação que a única disciplina ministrada foi a de Português, ensinando somente no curso ginásial até 1949. Na condição de contratada, a professora tinha o direito ao seu salário (com base na hora/aula ofertada pela instituição) e as férias remuneradas de acordo com os regulamentos do Estado. Após sua equiparação ao quadro de funcionários, em 1948, todas as disposições necessárias e de direito ao trabalhador foram atribuídas à professora, bem como sua nomeação de Professor do Curso Secundário, expedida pelo governador do Estado, inserindo a professora no quadro permanente daquela instituição.

Depois da sua nomeação, a professora ampliou sua carga horária na instituição, bem como começou a lecionar nos três cursos ofertados pelo Atheneu: Ginásial, Científico e o Clássico. As turmas variavam de acordo com a necessidade de cada ano e das ofertas, e eram sempre registradas no livro de nomeações, suas respectivas portarias, novas turmas, séries ou cursos em que o professor iria lecionar. A carga horária costumava mudar com frequência, e a base de hora/aula era diferente para cada curso, sendo que o científico e o clássico tinham os mesmos va-

lores, e o curso ginasial correspondia a um valor inferior aos demais.

O Decreto n.º. 21.241, de 04 de abril de 1932³, correspondente ao ensino secundário ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos de inspeção oficial, descreve que o corpo docente da instituição era constituído de professores catedráticos, professores contratados e auxiliares de ensino. O concurso para os professores catedráticos era feito por decreto, mediante a prova e titulação, avaliados por três membros, indicados pelo Conselho Nacional de Educação. Os professores contratados eram responsáveis pela orientação e fiscalização do ensino de línguas vivas, mediante o Ministério da Educação e Saúde Pública. Os auxiliares de ensino eram escolhidos através de indicação dos próprios professores catedráticos e a responsabilidade destes era de cooperar com as atividades do professor regente (BRASIL, 1932).

Ser Professor no Atheneu Sergipense

Através do regimento interno do Atheneu Sergipense, por meio de Decreto n.º. 7 de 14 de março de 1938⁴, compreende-se fazer parte do corpo docente da instituição:

Art. 100. O corpo docente do Ateneu será constituído de professores catedráticos (efetivos e interinos), de professores contratados e de auxiliares de ensino. Art. 101. Os professores catedráticos serão providos mediante concurso que se procederá na conformidade das instruções então expedidas pela Divisão do Ensino Secundário. Art. 102. Os professores catedráticos interinos serão nomeados em caráter provisório até que, legalmente, possam ser providos do cargo. Art. 103. Os professores contratados serão os que tiverem de servir durante determinado número de anos, conforme acôrdo feito com o diretor do Ateneu, sendo os contratos lavrados na Secretaria do mesmo estabelecimento. Art. 104. Os professores catedráticos e contratados deverão lecionar até sete horas de aula por semana, sem outras vantagens além das que confere seu cargo. Art. 105. Quando uma disciplina se estender por mais sete horas semanais, o professor perceberá por aula excedente a gratificação ar-

bitrada na tabela anexa, conforme se trate do curso fundamental ou complementar. Art. 106. Os auxiliares de ensino serão os professores que regem turmas de alunos excedentes das turmas lecionadas pelos catedráticos e professores contratados. Parágrafo único. Os auxiliares do ensino na regência destas turmas perceberão gratificação por aula, sem a obrigação a que se refere ao art. 104 (SERGIPE, 1938, s/p).

Como mencionado anteriormente, o ingresso da professora Ofenísia Freire no Atheneu Sergipense deu-se pela indicação do professor Manoel Franco Freire, catedrático da instituição. A professora entrou como contratada, ficando por mais de oito anos nessa condição, como consta nos direitos do Art. 103 (decreto n.º. 7 de 14 de março de 1938), que previa o professor servir durante um determinado tempo, conforme acordo com o diretor da escola. Em documentação encontrada no arquivo Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense - CEMAS⁵ de 17 de março de 1943, podemos identificar que todos os professores catedráticos nesse período eram do sexo masculino.

No livro de estatística da educação e saúde do colégio Atheneu Sergipense, do ano de 1952, consta uma lista dos docentes em exercício ou afastados, bem como os benefícios dos professores (catedráticos, contratados e designados), e foram enumeradas 10 informações relevantes à instituição de ensino e suas atribuições. O professor catedrático recebia o valor de Cr\$2000,00 para cumprir uma tarefa de 12 aulas semanais, com direito a aulas excedentes de 20 ou 15 cruzeiros, no valor de Cr\$300,00 como adicional de cada magistério, sendo um 1/3 dos vencimentos aos 25 anos e 4% de cinco anos. O professor contratado ou designado recebia o valor referente a Cr\$15,00 e Cr\$20,00 no curso colegial e ginasial, não tendo direito a nenhum adicional do estabelecimento (LIVRO DE ESTATÍSTICA, 1952, s/p).

Os dados levantados no livro de estatística do ensino complementar do Atheneu Sergipense trazem uma espécie de questionário com informações relacionadas à instituição, enumeradas em 10 tópicos:

1-Entidade mantenedora. Governo do Estado de Sergipe. Se é de natureza privada, tem fins “reli”.... 2- O estabelecimento é filiado a uma Universidade? Não. 3- O estabelecimento não é oficial, sofre o seu ensino o controle do governo? É oficial. 4- Em que ano foi inaugurado? 1846. 5- Ministra ensino religioso? Não. 6- Ministra educação física? Sim. De caráter obrigatório? Sim. 7- Mantém instrução militar? Não. 8- Recebeu subvenções ou auxílios do poder público no ano a que se refere o formulário? Sim. Da união? Não. Do Estado? Sim. 9- Pessoal não docente que o estabelecimento emprega. 10- Nominata do corpo docente em exercício ou não (LIVRO DE ESTTÍSTICA – 1952, s/p).

No item 1 não é possível identificar o final da pergunta, porque o documento está danificado. É provável que o “reli” (abreviado) seja religioso, visto que o ensino religioso era comum no ensino secundário, como atesta a Lei Orgânica⁶ de 1942. No item 9, foi constatado que, além do quadro de docentes, existia o pessoal da direção, do administrativo, auxiliar de ensino, pessoal subalterno e geral.

Em 1952 o Atheneu Sergipense tinha 20 professores catedráticos, oito professores nomeados (foi o caso da professora Ofenísia Soares Freire que teve nomeação por decreto, assinado pelo governador do Estado em 1949), 29 professores contratados, 12 designados e um substituto. É possível perceber que nesse ano apenas duas mulheres faziam parte dos professores catedráticos: a professora Maria Thetis Nunes e a professora Dalva Linhares Nou.

A grande maioria dos professores eram sergipanos, mas o quadro também tinha profissionais dos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Piauí. Com base no livro de registros do CEMAS de 1952, é possível perceber que, além dos professores catedráticos, contratados e designados, na tabela 8, do mesmo livro de registro, há também as categorias professor e professor substituto. É provável que a condição de professor, destacada nos dados do corpo docente da instituição, faça parte da condição de nomeação, assim como foi o caso da professora, como destacado. Nessa condição, o professor nomeado gozava de todos os direitos de estabilidade, com base

na Constituição Federal, com direito à aposentadoria; só não tinha o grau de catedrático.

Além de realizar as atividades em sala de aula, a professora participava de bancas examinadoras para admissão de alunos no Atheneu Sergipense. Faziam presentes para a avaliação o inspetor federal e os membros da comissão examinadora, constituída pelos professores da instituição ou convidados. Os exames aconteciam em vários dias e, para cada disciplina avaliada, constavam cerca de três professores por área. A seguir apresenta-se o quadro da comissão examinadora para exames do Atheneu Sergipense de 1º de outubro de 1947.

Quadro 02: Comissão examinadora para exames do Atheneu Sergipense - 1947

Disciplina	Professor/Examinador
Português	José Olino de Lima Neto, João Evangelista Cajueiro e Ofenísia Soares Freire
Francês	José Augusto da Rocha Lima, Paulo Bragazzi e Maria da Glória Menezes Portugal
Inglês	Manoel Franco Freire, Walter Cameron Donald e Felte Bezerra
Latim	Alberto de Azevedo, Pe. José Félix e Flávio Aquino Chagas
Matemática	Gentil Tavares da Mota, Augusto Pereira de Azevedo e João Fontes Cardoso
Ciências	Lucilo da Costa Pinto, Augusto Pereira de Azevedo e João Alfredo Montes
Geografia	Maria Thetis Nunes, Felte Bezerra e José Franklin
História	Gonçalo Rollemberg Leite, Manuel Ribeiro e Maria Thetis Nunes
Desenho	Napoleão Agélio de Oliveira Dórea, Maria Silva Sobral e Gentil Tavares da Mota

Fonte: Quadro elaborado pelo autor. Imprensa (1947-1955) – CEMAS

Na ata geral de exames de admissão, realizados em 1960, foram observados de forma detalhada, os resultados para a 1ª série do ginásial. A provas aconteceram em quatro dias, com a presença da banca examinadora de professores formada por: João E. Cajueiro, Ofenísia Soares Freire, Leão M. Brasil, Olga A. Barreto, Maria da Glória Monteiro, Ester A. Valadares, Gildete Lisboa, Adelcy Figueiredo e Joel Aguiar. As provas estavam divididas em Português, Aritmética, Geografia e História. Apenas a prova de português era oral e escrita. As notas da prova escrita eram mais baixas que as provas orais e variavam

entre zero e sete. Eram raras as notas 10, tanto na prova escrita quanto na oral. Os professores de português do Atheneu Sergipense, além da professora Ofenísia Freire, foram os catedráticos João Evangelista Cajueiro e José Olino de Lima Neto.

Considerações finais

O artigo destacou o ingresso da professora Ofenísia Soares Freire no Colégio Atheneu Sergipense, desde seu primeiro contrato como auxiliar na cadeira de Português até sua nomeação efetiva. Observamos nos livros de registros do arquivo do CEMAS (Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense) as renovações dos contratos, leis e decretos, os cursos ministrados (ginásial, científico e clássico) e as bancas examinadoras que a professora participava para a admissão de novos alunos na instituição.

A professora teve seu primeiro contrato no Atheneu Sergipense em 24 de março de 1941, e contou com a indicação do professor Manoel Franco Freire, como foi destacado anteriormente. Após seis dias do seu ingresso na instituição a professora foi convidada a falar ao microfone da Rádio Aperipê sobre o ensino público em Sergipe e das mudanças da educação no período do Estado Novo. A professora também destacou as inovações trazidas pelo interventor do Estado Eronildes de Carvalho para a educação pública em Sergipe.

Sem concurso, a professora foi equiparada aos funcionários com instabilidade, aposentadoria, licença e férias nos termos do artigo 25 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, promulgada a 18 de setembro de 1946. Em 10 de novembro de 1949, por decreto, o governador do Estado nomeou a professora na cadeira de Português, do Curso Secundário. Segundo Bourdieu (2004) o Capital Social é um investimento que visa legitimar o indivíduo. Para esse autor, os recursos potenciais estão relacionados à rede durável de conhecimento e reconhecimento. Ofenísia Soares Freire obteve esse Capital Social e fez uso com seu trabalho. Foram 25 anos no Atheneu Sergipense até sua aposentadoria em 1966.

Notas

1 Maria Montessori (1870-1952) nasceu em Chiaravalle, na Itália. Foi a primeira mulher italiana a concluir medicina, com ênfase na neuropatologia. Ao observar crianças no período em que passou trabalhando numa clínica psiquiátrica, começou a se dedicar aos problemas educativos e pedagógicos. A individualidade e a liberdade do aluno são as bases conceituais da autora. O conceito fundamental que sustenta a obra pedagógica de Montessori é que as crianças necessitam de um ambiente apropriado onde possam viver e aprender (RÖHRS, 2010, p. 17).

2 Johann Heinrich Pestalozzi (Zurique, 12 de janeiro de 1746 — Brugg, 17 de fevereiro de 1827) foi um educador pioneiro na reforma educacional. Pestalozzi foi um dos pioneiros da pedagogia moderna e influenciou diversas correntes educacionais, sendo referência para vários pensadores. “[...] o sistema educativo em suas diversas estruturas deverá ser organizado necessariamente de tal maneira que a ação do pedagogo, tendo em conta o que deverá produzir, possa ser exercida em um clima da liberdade autônoma e responsável. Cada uma das engrenagens institucionais deverá permanecer a serviço do projeto que singulariza a ação pedagógica na relação com o resto das ações humanas, um projeto cujo objetivo principal é a humanidade que se está constituindo com caráter autônomo dentro da relação pedagógica”. (SOËTARD, 2010, p. 26).

3 BRASIL. Decreto nº. 21.241. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21241.htm Acesso em: 21 de abril de 2016.

4 Decreto n. 7, de 14 de março de 1938 (Regimento interno do Atheneu Sergipense)

5 Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. A criação do espaço de memória surgiu a partir das pesquisas da professora e pesquisadora Eva Maria Siqueira Alves, durante a produção da sua tese. “Concluído o doutorado, imperioso era organizar a aglomerada massa documental que em tão grau serviu para o êxito da minha pesquisa. Destarte, apresentei, no ano de 2005, o projeto “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense – CEMAS”, à fundação de Apoio à pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC (naquele ano denominada FAP/SE), que, após sua aprovação, financiou a exposição comemorativa dos 135 anos do Atheneu Sergipense. A semente germinada fez brotar o CEMAS, com o objetivo de salvaguardar as fontes históricas do Atheneu Sergipense, parte significativa da história da educação de Sergipe”. (ALVES, 2015, p. 23).

6 Art. 21. O ensino de Religião constitui parte integrante da educação na adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos

de ensino secundário inclui-los nos estudos do primeiro e do segundo ciclo. Parágrafo único. Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica. (BRASIL, 1942).

Fontes

BRASIL. Decreto nº. 21.241. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21241.htm Acesso em: 21 de abril de 2016

CEMAS. Atas – 1959 - 1960 – (FASG1501. CX. 06. PC. 1269)

CEMAS. Certidão de casamento - 1944(FASS06 CX. 107. PC. 68)

CEMAS. Contratos e portaria (FASS09 CX. 123. PC. 402)

CEMAS. Correspondência – 1946-1947 – (1026 – DIVERSOS)

CEMAS. Correspondência – 1950 – (403FASS05. CX. 96. PC. 403)

CEMAS. Correspondência – 1958-1969 – (FASG1505. CX. 70. PC. 1295)

CEMAS. Correspondência – 1958-1972 – (FASG1509. CX. 76. PC. 1153)

CEMAS. Correspondência – 1964-1965 – (FASG1509. CX. 78. PC. 1312)

CEMAS. Imprensa – 1942-1944 – (FASS07. CX. 119. PC. 328)

CEMAS. Imprensa – 1945 – (FASS07. CX. 119. PC. 497)

CEMAS. Imprensa – 1947-1955 – (FASS07. CX. 119. PC. 392)

CEMAS. Inscrição para exames – 15 de janeiro de 1944(FASS06 CX. 107. PC. 68)

CEMAS. Livro de Ponto – 1926-1953 – (FASS09. CX. 125. PC. 480)

CEMAS. Livro de Ponto – 1941-1942 – (FASS09. CX. 124. PC. 329)

CEMAS. Livro de Registros – 1926-1953 – (FASS09. CX. 125. PC. 480)

CEMAS. Livro de Registros – 1941-1942 – (FASS09. CX. 124. PC. 329)

Jornal da Cidade (07/12/98) - 85 anos da professora Ofenísia Freire

SERGIPE. Decreto n. 7, de 14 de março de 1938. **Regimento interno do Atheneu Sergipense.**

SERGIPE. Diário oficial, de 07 de dezembro de 1957. O ginásio Jackson de Figueiredo, presta significativa homenagem póstuma a D. Quintina Diniz.

SERGIPE. Diário Oficial, de 1 de abril de 1941. Discurso pronunciado, no dia 30 de março findo, ao microfone da Rádio Aperi-

pê de Sergipe (P.R.Y.6) pela professora D. Ofenísia Soares Freire, lente do Ateneu Sergipense, em prosseguimento às comemorações pela passagem, amanhã, do 6º aniversário do Governo Eronildes de Carvalho.

Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908). 2005. 318. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade). Programa de estudos de pós-graduados em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da educação**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2004

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco”**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupos de Estudos e Pesquisas em História da Educação/ PPGED, 2003.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. Diretora, catedrática, venerável, professora: A trajetória de Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (1878-1942). In: **Ensino superior, educação escolar e práticas educativas extra-curriculares**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2006.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. **Educação, Trabalho e Ação política**: Sergipanas no Início do Século XX. 2003. 289 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo. 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Franco Freire, a Escola Nova e a instrução pública. In: GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; NASCIMENTO, Ana Cristina do. **A trajetória do Conselho Estadual de Educação de Sergipe**: textos da sua história. Recife: Linceu, 2013.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Intelectuais da educação**: Sílvio Romero, José Calasans e outros professores. Maceió: EDUFAL, 2007

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. 1º Congresso Nacional da formação contínua de professores (Formação Contínua de Professores: Realidades e Perspectivas: Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991). Disponível em: file:///C:/Users/renil/Desktop/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. 2. ed. Aracaju: Editora UFS, 2008

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. In: **Educação**. Ed: 2005 – vol. 30 - n° 02. s/p.

SOBRAL, Maria Neide. **José Augusto da Rocha Lima**: uma biografia (1897-1969). São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **O Movimento pela Escola Nova no Paraná**: trajetória e ideias educativas de Erasmo Pilotto. Educar, Curitiba, n.18, p. 53-73. 2001. Editora da UFPR.

Recebido em 27 de junho de 2017.

Aceito em 19 de agosto de 2017.